

39º Encontro Anual da Anpocs

GT 33 Sexualidade e gênero: sujeitos, práticas, regulações

O batom como “arma”: identidade e usos da imagem feminina na Polícia  
Militar de São Paulo

Marcos Santana de Souza<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Sergipe.

## 1. Introdução

Uma cena aparentemente sem maior importância repete-se com frequência nas aparições públicas das policiais militares: armadas, com fardamento operacional, de gala ou passeio, elas surgem quase sempre com batom, maquiagem, cabelo arrumado em impecáveis coques ou com cortes curtos, demarcando o seu lugar como “mulheres da/na segurança pública”.

A cena, que marca um tipo específico de inscrição simbólica das mulheres nas polícias, somada aos diferentes discursos sobre o papel do feminino na área de segurança pública, atua inegavelmente como um aspecto importante na produção de uma das imagens mais comuns que elaboramos a respeito das mulheres policiais e das expectativas que lhes são reservadas na profissão.

Em entrevistas e em eventos como palestras, especialmente dedicados a evidenciar a atuação feminina nas instituições de segurança pública, muitas policiais são convidadas a falar sobre a rotina da profissão e a revelar como conseguem conciliar a rotina do lar, sobretudo as “responsabilidades” com a família, com os pesados e perigosos desafios da atividade policial. Entre as diversas questões, o público externo à corporação busca saber como essas mulheres fazem para atuar numa ordem tradicionalmente masculina, quais recursos utilizam para, apesar de policiais, manterem-se “femininas”. Com indisfarçável curiosidade, procuram saber: “são casadas?”, “tem filhos?”, “por que entraram para a polícia?”, “não têm medo de ser policiais?”, “como a família as vê na profissão?”, “já sofreram ou sofrem preconceito por serem mulheres?”, entre outras.

Nesses questionamentos, são sinalizados, dentre outras dimensões, dois aspectos importantes que marcam a experiência feminina na polícia e que estão historicamente relacionados a processos mais amplos a respeito da inserção das mulheres nos espaços públicos, ou seja, a constituição de uma imagem ideal das mulheres na corporação, com o seu consequente uso social, e a regulação do comportamento feminino por meio de parâmetros morais que exercem clara incidência sobre os corpos e o trabalho das mulheres na polícia. É a partir do controle sobre o corpo que a instituição molda a imagem feminina e fornece os parâmetros de atuação no campo policial, sinalizando valores a serem incorporados e também interdições numa ordem que, semelhante às

sociedades tradicionais, não diferencia o corpo das pessoas, como se tornou comum no dualismo ocidental, conforme alerta David Le Breton (2011).

Neste sentido, este artigo, parte da tese<sup>2</sup> defendida no doutorado em Ciências Sociais da Unicamp sobre as representações sociais de um grupo de policiais a respeito da presença de mulheres policiais na Polícia Militar de São Paulo, analisa os usos da imagem feminina e o papel que essa instituição exerce, a partir de distintas formas de regulação, sobre a experiência de homens e mulheres na atividade policial.

A partir da análise dos discursos e práticas desenvolvidas pela/na corporação policial paulista, pioneira no emprego de mulheres na atividade policial no Brasil<sup>3</sup>, o estudo, baseado em fontes documentais (ofícios, panfletos, manuais de cursos, recortes de jornais entre outros), entrevistas com policiais militares masculinos e femininos de diferentes círculos hierárquicos, bem como etnografia do cotidiano da corporação e de alguns de seus principais eventos e solenidades, evidencia as relações entre gênero, corpo e sexualidade, bem como as diferentes experiências que marcam o feminino no contexto policial militar paulista. Nessa perspectiva, reflete também a respeito das possíveis implicações que as representações de gênero exercem sobre a organização interna e sobre o trabalho policial.

## **2. Entre as “Billys” e a “Policial-mãe”: corpo, gênero e regulação na Polícia Militar**

Como construções sociais, corpo e gênero tornaram-se temas recorrentes de estudos nas ciências humanas e sociais. Segundo Mirian Goldenberg (2005, p. 66), anteriormente vistos como temas fúteis no Brasil, por exemplo, passaram há pouco tempo a “ser objetos prestigiados no mundo acadêmico, provocando a reflexão de antropólogos, sociólogos, historiadores, psicanalistas, educadores, entre tantos outros profissionais que se preocupam em compreender a cultura brasileira”.

---

<sup>2</sup> Intitulada: “‘Sou policial, mas sou mulher’: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo, foi defendida em junho de 2014 sob a orientação da Profa Dra Mariza Corrêa.

<sup>3</sup> A Polícia Feminina de São Paulo surge, formalmente, em 12 de maio de 1955, através de decreto nº. 25.548, durante o governo de Jânio Quadros. Instituída inicialmente como Corpo de Policiamento Especial Feminino, vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado, passa, após período de experiência, a ser designado Polícia Feminina por meio da Lei n. 5.235, de 15 de janeiro de 1959. A partir da fusão dos efetivos da Guarda Civil e da Força Pública de São Paulo em 1970 para a criação da Polícia Militar, o efetivo feminino passa a integrar a nova corporação.

Particularmente, o corpo feminino tornou-se ao longo da história objeto de interesse de médicos, cientistas e religiosos, preocupados em compreender a natureza das mulheres e a prescrever formas diversas de controle do comportamento feminino. No discurso religioso, as mulheres aparecem a partir da dimensão tanto do pecado original<sup>4</sup>, das tentações da carne, razão de decadência dos homens, como a partir do modelo de santidade esperada, à semelhança da Virgem Maria ou de outras santas que atuaram na propagação da fé e na promoção de um ideal feminino de comportamento. Segundo Jacques Gélis (2010, p. 20), a Igreja da Contra-Reforma contribuiu decisivamente para firmar a desconfiança em relação ao corpo, visto como fonte de perdição: “o pecado e o medo, o medo do corpo, principalmente o medo do corpo da mulher, retornam como uma ladainha sob forma de precauções ou de condenações”. Contudo, a principal marca do corpo no discurso religioso, sobretudo cristão, é o da ambivalência. “Templo de Deus”, é também alvo das tentações do demônio (CORBIN, 2008).

No discurso da ciência, mais precisamente do discurso médico, o corpo é encarado como máquina complexa, reunião de milhões de conexões que se associam na definição de saúde ou doença. Um campo de intensa investigação e sobre o qual se desenvolve uma forma de gerenciamento, mas também de intenso cuidado de si (MOULIN, 2009). No caso das mulheres, ganha relevância a dimensão reprodutiva, os cuidados em relação aos possíveis efeitos dos hormônios e das estimulações para o seu humor e saúde, bem como para a estabilidade das famílias, dependentes da dedicação diuturna do gênero feminino. Aspectos que trazem ainda hoje implicações para outros setores da vida social e para a presença das mulheres na cena pública.

As representações sociais de policiais militares de São Paulo, conforme foi possível compreender, destacam a preocupação em evidenciar a dimensão materna das mulheres e as suas habilidades consideradas “inatas”, como maior senso de organização, gentileza nos atos, capacidade de comunicação e inclinação para o cuidado.

---

<sup>4</sup> Como símbolos do caráter perigoso das mulheres nos textos bíblicos estão: Eva, a mulher de Ló, Dalila, Salomé, entre outras. Uma das várias representações sobre a natureza perigosa do gênero feminino pode ser visto no livro Eclesiastes (7/25-29): “Em meu coração dediquei-me a conhecer, a racionar e a pesquisar a sabedoria e a reflexão, para conhecer o mal como algo insensato e a insensatez como uma tolice. E descobri que a mulher é mais amarga que a morte, pois ela é uma armadilha, seu coração é uma rede e seus braços, cadeias. Quem agrada a Deus dela escapa, mas o pecador a ela se prende. Eis o que encontro – diz Coélet – ao examinar coisa por coisa para chegar a uma conclusão: estive pesquisando e nada concluí. Entre mil encontrei apenas um homem, porém, entre todas as mulheres, não encontrei uma sequer. Eis a única conclusão a que cheguei: Deus fez o homem reto, este, porém, procura complicações sem conta”.

Orientada a partir de uma concepção sobre o feminino que aposta na subalternidade das mulheres no campo policial, a instituição e parte expressiva de seus agentes procura promover a dimensão materna e assistencial das policiais ao tempo em que revela o caráter indesejado das policiais conhecidas como Billy, mais próximas do modelo de atuação masculino e das antigas heroínas militares. A Billy, conforme revelou a pesquisa de campo, seria o protótipo da policial orientada para a exposição constante ao risco de enfrentamento de criminosos a partir de um desempenho próximo dos policiais masculinos dos setores operacionais. Focada no trabalho de rua e na busca do reconhecimento dos companheiros de farda, ela empregaria seus esforços na reprodução das práticas que comumente trazem prestígio aos homens na corporação e que, portanto, reforça o campo policial como um contexto de glorificação dos valores masculinos.

Contudo, se a Billy constitui prova de que as mulheres são capazes de desenvolver as mesmas funções que os homens, a aproximação com o universo masculino por meio da exposição aos perigos das ruas é algo desestimulado nas ações desenvolvidas pela instituição, que tende a valorizar uma expressão da feminilidade focada no trabalho administrativo e na conciliação com a esfera doméstica. Ainda que as policiais Billys consigam assegurar prestígio e reconhecimento nos círculos informais da instituição, particularmente nas unidades que prezam pela “verdadeira” expressão do trabalho de polícia por meio de constantes participações em trocas de tiro - com o possível abatimento dos “bandidos” – elas carregariam o estigma do embrutecimento, de uma androginia perigosa e ceifadora do modelo definido para as mulheres na instituição, razão pela qual o batom e outros signos de feminilidades surgem com tanta ênfase na imagem feminina reproduzida pela corporação.

Ao darem provas que são mais “machos” que alguns homens, essas policiais seriam consideradas exemplos isolados e pouco ajustados aos interesses “reais” da polícia em relação ao gênero feminino. Um aspecto que se alinha às considerações de Silva (2008) e Carvalho (1990), citada pela primeira, quando afirmam que o “ser mulher” termina por sobrepor ao “ser militar” na experiência das mulheres nas Forças Armadas<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> De acordo com Suzeley Mathias (2009), a incorporação de mulheres nas Forças Armadas tem-se tornado fato comum, principalmente quando se trata de empregá-las em funções logísticas e administrativas. As maiores resistências se apresentam em relação ao emprego em ações de combate, que na visão corrente nesses espaços a carreira militar exigiria força física e juventude, momento em que as mulheres buscam viver a maternidade. Assim, o preconceito estaria sustentado em dois argumentos principais, de algum modo contraditórios: 1) as mulheres nas ações de combate são “temíveis e difíceis de controlar” e 2) não teriam condições físicas para resistir ao intenso programa de treinamento e trabalho que caracterizam a

Para ser aceito no cotidiano da profissão, o público feminino tenderia a introjetar valores e comportamentos masculinos, hipótese sustentada por Carvalho (1990). Citando-a, Silva (2008) afirma ainda que paralela à preponderância do “código militar” como referencial para que as mulheres alcancem o respeito entre os colegas do sexo masculino, haveria uma inclinação da instituição militar para reforçar uma representação social do gênero feminino vinculado à fragilidade física e emocional, o que justificaria protegê-las internamente.

Inegavelmente, a tendência a incorporar valores masculinos aproxima simbólica e objetivamente as mulheres da realidade militar. No entanto, essa dimensão é claramente mais forte nos círculos informais ligados ao trabalho de rua, que chancelariam essas mulheres como “verdadeiras”, mas “raras” policiais. Elas seguiriam uma trajetória próxima das heroínas Joana D’Arc e Maria Quitéria, alvos de admiração, mas vistas como expressões distantes do modelo a ser seguido pelo conjunto das mulheres na polícia. Na expressão de um dos meus informantes na pesquisa, as “boas” policiais de rua seriam “moscas brancas”, elementos, portanto, extraordinários no cotidiano profissional, razão pela qual seria pertinente manter o público feminino em setores mais “adequados” com a sua “natureza”.

A orientação das mulheres para o trabalho de rua, focado no “combate” aos “bandidos”, estaria, portanto, em desalinho com o papel esperado pelo Comando da instituição, mais interessado em explorar as características das mulheres supostamente intrínsecas ao feminino para a definição de uma missão específica que estaria para elas reservada na polícia: a humanização das relações internas, o atendimento de alguns

---

carreira militar (MATHIAS, 2009). Com base nesses dois, haveria um terceiro fator, este uma reação “instintiva” dos homens, que tenderiam, diante das possíveis vacilações femininas na guerra, a se lançar contra os inimigos na defesa das colegas de farda. Um pensamento bastante difundido nas Forças Armadas e tributário dos segmentos sociais conservadores e que teriam ainda hoje num texto supostamente de autoria da Primeira-Ministra inglesa Margareth Thatcher um dos seus principais fundamentos. Teria escrito a “Dama de Ferro”: “Quando a maioria das mulheres (correctamente, em minha opinião) opta por não assumir funções de combatente, a resposta, de acordo com um professor da Universidade de Duke, é fazer com que os militares abdicuem de atributos como “autocontrole, autoconfiança, agressividade, independência, auto-suficiência e determinação para assumir riscos. As mulheres dispõem de inúmeras tarefas em que podem servir com destaque. Algumas de nós até dirigimos nações. Mas, em geral, somos melhores lidando com bolsas do que com baionetas”. Fonte: <http://adamastor-arquivo.blogspot.com.br/2013/01/opiniao-de-margareth-thatcher-sobre.html>, página acessada em 10/02/2014. No Brasil, recentemente a primeira mulher a alcançar o posto de general nas Forças Armadas, a contra-almirante médica Dalva Mendes, ressaltou a necessidade de ter cautela e de “estudos aprofundados” antes de empregar mulheres nas ações diretas de combate. Fonte: “Primeira general diz que é preciso cautela com mulher militar”, Folha de S. Paulo, 02/12/2012. In: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1194566-primeira-general-diz-que-e-preciso-cautela-com-mulher-militar.shtml>, página acessada em 10/02/2014.

grupos sociais específicos e a melhoria da imagem da Polícia junto à população, estratégia utilizada em diversos momentos pelo Comando da polícia, especialmente no período pós-redemocratização (SOUZA, 2014). Uma compreensão que exerce forte incidência, por exemplo, sobre a distribuição do efetivo feminino nas diferentes atividades, sobre o presente e futuro profissional desse público, assim como para a definição da imagem oficial das mulheres na corporação.

Neste sentido, as Billys, a exemplo do representante masculino da categoria, o policial Bilão, podem ser caracterizados como aqueles que apostam na belicosidade dos seus atos, no culto às ações de combate que se refletem em sua constituição imagética como recurso voltado ao enfrentamento dos riscos da atividade. Teriam, portanto, suas atenções destinadas a provar pela exposição aos perigos do trabalho de rua que estão preparadas para essa atividade. Com feições cerradas, uso de acessórios como lanterna, carregadores sobressalentes, etc, bem como o emprego de vocabulário específico, elas buscariam o reconhecimento reservado aos verdadeiros heróis da PM ao alimentar a cosmologia da guerra e negarem a fragilidade atribuída ao sexo feminino. Semelhante às mulheres das Forças Armadas, para alcançarem o reconhecimento dos colegas como “verdadeiras” policiais ou “guerreiras”, as policiais militares Billys incorporariam comportamentos tidos como próprios dos homens como “coragem”, capacidade de “liderança” e de “entrega” plena ao serviço a partir do enfrentamento a uma séria de sacrifícios em nome da “honra” da farda.

A esse respeito, recordo de uma das conversas que tive com uma policial lotada no Museu da Polícia Militar, quando ela explicou como poderia ser identificada uma policial Billy. Segundo minha interlocutora, a Billy se apresenta geralmente em unidades quase que exclusivas para os homens, tenderia a “imitá-los”, não apenas ao privilegiar o trabalho de rua, mas na constituição da própria imagem e comportamento, algo que se refletiria inclusive em expressões da vida íntima da policial: “Muitas vezes a gente vê uma aqui [referindo-se ao refeitório dos policiais, vizinho ao prédio do museu], chegam com a guarnição, umas tem o cabelo ‘joazinho’, já sabe, e sempre com a cara fechada, encostam [na parede voltadas para área interna, como sinal de prontidão], não falam muito, são muito na defensiva”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> A policial de algum modo transparecia a preocupação em esclarecer para mim, de uma forma indireta, que, em sua maioria, as mulheres na polícia não eram como as Billys, “duronas”, com um comportamento próximo ao dos homens, mas que permaneciam “femininas” e orientadas pela heterossexualidade. Pelo

A ausência de sorriso, os lábios sem batom e uma performance de trabalho próxima dos colegas masculinos, compõem a imagem mais comum das Billys, que estariam orientadas pelo desejo de reconhecimento ao se afastarem de uma imagem do feminino que costuma descredenciá-las perante os colegas de farda. Estes veriam nas expressões de delicadeza e no sorriso aberto para estranhos ou mesmo para conhecidos em serviço, um exemplo de pouca afinidade com o espaço público e com o trabalho policial, campo reservado aos homens, especialmente aos heróis da instituição. Neste sentido, os policiais operacionais tenderiam a enquadrar-se no conhecido padrão de comportamento observado pela antropóloga Mirian Goldenberg (2013), ou seja, “Homem não chora. Mulher não ri”<sup>7</sup>. Para as mulheres, o riso demasiado costuma ser visto em grande parte como sinônimo de falta de seriedade, de comportamento infantil, inoportuno, superficial, entre outros.

De acordo com Mirian Goldenberg (p. 15): “a mulher não ri tanto quanto gostaria pela necessidade que tem de mostrar que é séria, responsável e competente”. Sujeitas aos constantes testes de competência na polícia, sobretudo nos setores mais tradicionais, as mulheres seriam indiretamente orientadas a abandonar o riso, concebido como sinônimo de fraqueza, possibilidade aberta de interpretações mal-intencionadas que possam colocar em risco a autoridade da farda<sup>8</sup> no meio externo e, internamente, a ordem na tropa.

---

menos foi o que compreendi na referência feita por ela aos “poucos” casos de policiais lésbicas na corporação. Uma desses casos teria sido descoberto ainda no curso, assim como de outra, cuja investigação social da polícia revelou que fazia “programas”. A policial que falou sobre as policiais “masculinas”, levou-me a ver o banheiro feminino do seu local de trabalho, acompanhada de outras colegas. Lá, além de uma poltrona com estampa floral, destacava-se um armário com imagens de uma famosa dupla sertaneja e de um modelo masculino de cueca, para “quem”, segundo ela, as policiais ficavam olhando quando se sentiam “carentes”. Rindo juntamente com as colegas, ainda me disse em tom questionador: “os homens não colocam fotos de mulheres? Nós também colocamos [fotos de homens] aqui”. Nesse ponto, é importante esclarecer que o termo Billy não necessariamente é utilizado para as policiais masculinas, mas para aquelas que gostam e se destacam no trabalho operacional e se mantêm na heterossexualidade, sendo os termos “Foxzona”, “Fokona” ou “Maikona” mais utilizados para se referir às policiais masculinas homossexuais.

<sup>7</sup> Em um sentido mais amplo, as mulheres levariam as regras do mundo do trabalho para a vida íntima, procurando vigiar o próprio riso, a fim de não serem malvistas pela sociedade e desacreditadas nos relacionamentos. Já os homens, procurariam, na intimidade, sobretudo entre amigos do mesmo sexo, entregarem-se às brincadeiras e ao riso. (GOLDENBERG, 2013).

<sup>8</sup> Recordo que durante a pesquisa que fiz na PM de Sergipe sobre a presença feminina na corporação esse aspecto já havia se apresentado em um dos relatos que eu havia colhido na época. Uma colega de universidade, que havia trabalhado como policial militar, disse-me que antes de ingressar na polícia havia sido orientada por um amigo policial, conhecido de sua família, sobre qual deveria ser a sua postura no novo ambiente de trabalho, particularmente com os colegas do sexo masculino: era importante cumprimentar, ser educada e eventualmente sorrir, mas sem exageros, que poderiam ser vistos como um tipo de abertura da policial para a conquista. A sisudez deveria também ser evitada, pois poderia ser interpretada como expressão não apenas de mau humor, falta de educação, mas de lesbianidade. O regime

Assim como os guerreiros, os policiais, especialmente das unidades de elite da PM, seriam, antes de tudo, indivíduos sisudos, pouco afinados com o sorriso que “enfraquece” a luta e a autoridade da farda.

Junto a outras interdições que buscam regular comportamentos, uma espécie de economia do riso faz parte da experiência dos policiais militares, sejam masculinos ou femininos, ensejando uma performatividade<sup>9</sup> que modela experiências e atua na fixação de posições simbólicas no campo policial. A partir dos treinamentos, os corpos na caserna estão marcados pelos efeitos da disciplina e da hierarquia. São, na conhecida expressão de Michel Foucault (1987, p. 119), “corpos dóceis”, produtos de uma política de coerções “que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”. Um aspecto que se estenderia, por exemplo, para além da experiência das mulheres no serviço, como expressa o Manual do Aluno do Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública, destinado à formação de soldados da corporação paulista, a respeito do padrão de vestimenta, de cabelo, uso de acessórios e demais aspectos da composição da imagem feminina até mesmo em trajes civis. No item 2 das Normas Gerais, relativa à “Apresentação Pessoal”, conforme publicação no Boletim Geral nº 186/02, as policiais femininas devem observar, sob risco de punição disciplinar, as seguintes orientações:

As policiais femininas, em trajes civis, são proibidas de usar blusas decotadas e de alças, calças apertadas, roupas curtas, transparentes, maquiagem e esmalte extravagantes. O cabelo longo (abaixo do colarinho da camisa) deverá ser preso com coque, por meio de ‘redinha’ discreta, na cor do cabelo. São proibidos os adornos e acessórios desnecessários à fixação do coque. Proibido o uso de tinturas, luzes, reflexos e mechas, que modifiquem a cor natural (expressa na carteira de identidade). São proibidos os apliques, alongamentos e uso de peruca, bem como o uso de lentes de contato coloridas [...]. Traje civil no Quartel: proibido o uso de bermuda, calções, shorts, chinelos, camisetas regata, e transitar com boné, touca ou similares, para as policiais femininas, também são proibidos o uso de roupas transparentes e curtas (acima do joelho). [grifos meus].

No caso das mulheres que buscam o respeito e reconhecimento dos colegas homens, principalmente nos setores operacionais, além de adotarem uma postura mais

---

ideal a ser perseguido: seriedade suave, presença humanizadora distante da concorrência com os homens, inclusive no gosto pelo sexo feminino. Para maiores detalhes, ver: SOUZA, 2009.

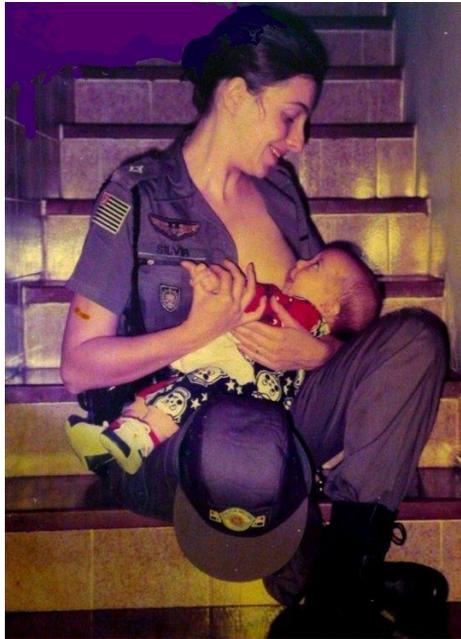
<sup>9</sup> Segundo Butler (2002, p.18), a performatividade deve ser compreendida “como um ‘acto’ singular y deliberado, sino, antes bien, como la práctica reiterativa y referencial mediante la cual el discurso produce los efectos que nombra. Lo que, según espero, quedará claramente manifiesto en lo que sigue es que las normas reguladoras del ‘sexo’ obran de una manera performativa para constituir la materialidad de los cuerpos y, más específicamente, para materializar el sexo del cuerpo, para materializar la diferencia sexual en aras de consolidar el imperativo heterossexual”.

fechada e pouco afeita a sorrisos durante o serviço, a incorporação de traços guerreiros tende a exigir das policiais maior atenção ao uso de maquiagem e discrição acentuada na hora de escolher brincos, cor dos cabelos, entre outros, apesar de não raramente algumas dessas orientações serem burladas no cotidiano. De modo geral, as policiais tenderiam a esconder ou suavizar as curvas, assim como outros sinais de diferença que pudessem comprometer a sua inserção nesses setores, que historicamente estão centrados em valores masculinos. Ao perseguirem o distanciamento de qualquer traço de sensualidade ou outras características subjetivas associadas às mulheres como menor violência, sensibilidade, capacidade de cuidar, entre outros, elas buscariam construir um percurso distinto daquele que comumente é reservado ao público feminino, ou seja, a inserção em subgrupos de trabalho ou em subtrabalhos na corporação, conforme destacou Márcia Calazans (2004, p. 146):

O regime disciplinar e as sanções impostas aos descumprimentos de comportamentos esperados mostram que, nesse espaço de trabalho, não há uma relação de criação e de processo de singularização, pois, ao constituir-se mulheres policiais, elas se apropriam dos componentes de subjetivação da própria instituição, tais como os recebem. Nesse contexto, é muito ilustrativo o fato de que, na cisão da institucionalidade cultural dessa polícia, a violência coloca-se como um dispositivo estratégico, como um componente da subjetivação.

Se por um lado a incorporação de traços guerreiros é concebida como uma condição posta para as mulheres que desejam ser aceitas e respeitadas em determinados grupos na PM, por outro, esse processo não pode ser visto como uma totalidade no campo policial. Há parcelas importantes na polícia, resguardadas no discurso e em práticas institucionais, que apostam na reprodução de uma imagem feminina tradicional associada à maternidade e a um tipo de “sensualidade dosada”. Nesse processo, tenderiam a destacar os traços “femininos” como elementos indispensáveis para a harmonia interna da tropa e para o respeito externo da corporação, visto que ao se manterem “femininas” e ao mesmo tempo preparadas para o exercício da atividade policial sem se “masculinizarem”, as policiais contribuiriam de forma decisiva para a humanização da imagem da PM, atestando ser possível estar na corporação sem “concorrer” diretamente com os homens. Exemplo interessante dessa perspectiva, que busca propagar uma imagem humanizada da corporação a partir do arquétipo “policial-mãe” está na fotografia da jovem tenente amamentando seu bebê e que reproduzo a seguir:

**Figura 01**



**Tenente PM amamentando**  
**Autor: Danilo Romão Ferreira de Moraes**  
**Data: 22/05/1994**  
**Imagem cedida por Silvia Brandão**

A despeito de algumas resistências iniciais, a imagem da policial-mãe, signo da face materna da ordem, expressa uma orientação já presente na experiência das primeiras policiais, cuja missão estava voltada para a assistência e orientação de crianças, mulheres e idosos, sendo um elemento que tornou-se central para reforçar o sentido das mulheres na polícia militar. Em direção oposta, ao longo da sua história, a instituição direcionou o público masculino para a “guerra” e, conseqüentemente, para a preservação da paz através da aniquilação dos inimigos. Ao lançar os homens na linha de frente do conflito, na busca de um ideal heroico que pretende desafiar e vencer a morte, a corporação define as mulheres como suporte fixado na retaguarda, cumprindo a missão de não apenas fornecer informações e cuidados, mas de garantir a continuação da vida por meio da maternidade, o que lhes reservaria lugares específicos na profissão. De acordo com Ruth Cardoso (2011, 392): “as prescrições que limitam a mobilidade das mulheres são apresentadas como proteção contra os perigos que a sociedade abriga. A exaltação da maternidade dignifica a exclusão imposta às mães, em nome dos filhos. E assim por

diante...”. Não por acaso, a maior parte dos discursos dos policiais, sustentado nas expectativas do senso comum, consideram importante a policial feminino se distanciar do protótipo da Billy, percebida como uma concorrente direta dos homens no campo operacional, representado por unidades tradicionais como a Cavalaria e a Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), espaços, de modo geral, considerados distantes da missão atribuída às mulheres na instituição.

Um exemplo dos efeitos do discurso institucional a respeito da imagem das policiais femininas está no concurso de “Miss Simpatia da PM”, ocorrido no segundo semestre de 2013. Organizado pelo perfil “Pmesp Fem” na rede social Facebook, o concurso reuniu mais de duzentas policiais entre temporárias, praças e oficiais para escolher “a mais bela e carismática policial da corporação”. No perfil, as policiais publicavam fotos à paisana e fardada, sendo a mais votada considerada vencedora. O concurso alcançou boa repercussão nas redes sociais, vindo o resultado a ser publicado no site de notícias G1 juntamente com uma entrevista com a vencedora. Com o título “‘Anitta da escolta’ de Campinas faz sucesso após vencer concurso da PM”, a matéria apresentava informações sobre o concurso e sobre a vencedora, a soldado Sandra Moretti, que ganhou o apelido de colegas de profissão por parecer com a funkeira Anitta e por trabalhar na ocasião na escolta de detentos de estabelecimentos prisionais para audiências na Justiça. Com vinte anos de casada, dois filhos e dezessete anos de profissão, Sandra falou ainda sobre os desafios do trabalho policial e sobre os cuidados que tem com o corpo e com a aparência ao apostar em um “look poderosa”. Para ela, segundo a matéria, “a mulher tem que mostrar sempre a sua feminilidade. Sempre estou maquiada e com as unhas feitas e isso desperta muitos elogios”. Um comportamento que, via de regra, conforme ficará mais claro adiante, é incentivado pela corporação através de palestras e cursos, especialmente em eventos relacionados às festividades em comemoração ao dia da Policial Feminino.

Entretanto, a exposição desse aspecto como um traço definidor da identidade feminina na polícia, em detrimento dos aspectos técnicos da profissão, suscitou na página onde foi publicada a reportagem uma série de críticas à postura da policial. No campo reservado aos comentários, alguns leitores revelaram não aprovar a iniciativa do concurso ou se mostraram insatisfeitos com a vinculação da imagem da policial à imagem da cantora Anitta e especialmente ao estilo musical *funk*, visto no senso comum como diretamente associado a grupos criminosos e a um tipo de sensualidade “vulgar”,

distante do modelo maternal e próximo a de um exercício “livre” da sexualidade. Ainda que Sandra tenha feito uma ressalva sobre gostar mais de *rock* que de *funk*, diferenciando inclusive a vertente da cantora Anitta de outros que apostam na ostentação ou em críticas à polícia, à apologia ao tráfico de drogas, e à violência, a associação entre a imagem da policial com a artista não agradou a alguns leitores, seja porque o *funk* aponta para uma expressão do feminino incompatível com a “honra da farda”, seja porque viram na matéria uma espécie de subversão ou fuga do comportamento esperado dos policiais, conforme pode ser visualizado no comentário do leitor “Pensativo”<sup>10</sup>:

Fazer policiamento preventivo que é a função da PM nada né! Quer ser polícia ou artista? se quer ser artista peça baixa da PM, porque o contribuinte não aceita pagar salários para vaidades e sim para combater a criminalidade, aliás esta um inferno, saímos para trabalhar e somos assaltados todos os dias.

Além das críticas, foram registrados também elogios à feminilidade de Sandra, apesar de trabalhar numa instituição hegemonicamente masculina, e gracejos de alguns “pretendentes” encantados com a sua beleza. A repercussão, de uma forma ampla, a considerar pelos comentários registrados no site, possivelmente não agradou o Comando da PM. Curiosamente, pouco tempo após o concurso e à aparição de fotos da policial em jornais na internet, o perfil “Pmesp Fem”, utilizado para a divulgação do papel feminino na Polícia Militar de São Paulo, foi desativado sem que fosse apresentada qualquer justificativa.

Distante da imagem materna valorizado no discurso institucional e tão bem representada na fotografia da tenente Silvia, a imagem da soldado Sandra como a “Anitta da escolta” afirmava um modelo distinto de feminino que não apenas deixava de apostar na maternidade, como a de Silvia, mas fazia outro tipo de incursão no espaço público ao reforçar o investimento na carreira profissional, bem como na afirmação de uma vaidade menos contida e supostamente mais próxima do desejo sexual masculino, o que em algumas leituras mais recentes colocaria as funkeiras como “neofeministas”, conforme discute o trabalho de Márcia Fonseca Amorim (2009).

---

<sup>10</sup> “‘Anita da escolta’ de Campinas faz sucesso após vencer concurso da PM. Sandra Moretti concorreu com outras 200 policiais do estado de São Paulo. Com 17 anos de profissão, a soldado não despreza cuidados com a beleza”. Site G1, 04/08/2013. Fonte: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/08/anitta-da-escolta-de-campinas-faz-sucesso-apos-vencer-concurso-da-pm.html>, página acessada em 24/11/2013.

O protótipo da mulher “preparada” para a circulação livre nos espaços públicos, cuja identidade subverte as expectativas cuidados do lar e da família, estaria assim pouco ajustado a um discurso institucional que preza por uma “feminilidade dosada”, segunda a qual as mulheres militares não devem esquecer a sua missão no mundo como mães, irmãs e esposas. Mais que isso, diferente da imagem sem nome da policial amamentando que evidenciava uma mensagem coletiva não apenas para as mulheres, mas para a sociedade em torno do papel feminino na reprodução e no cuidado, a imagem de Sandra como a “Anita da escolta” trazia uma marca de individualidade vinculada ao corpo, próprio às sociedades modernas e visto como ameaça à manutenção da estabilidade coletiva em contextos tradicionais. Ao contrário de Silvia, a foto de Sandra marcava a descoberta de um rosto, a posse de um corpo, a exibição das curvas e de uma vasta cabeleira: “os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado” (PERROT, 2007, p. 55). Como a própria pele do policial, a farda em Sandra parecia subjugada à sua beleza, que antes deveria despontar apenas como adorno, uma marca singela de uma diferença prevista na polícia, e não ser seu principal elemento, símbolo de um poder de sedução do feminino capaz de “desagregar” a polícia em razão de sua sensualidade.

Como singularidade, prova de uma descoberta do corpo, a imagem da “Anitta da escolta” deveria ser esquecida em nome do compromisso com a farda e com a coesão da tropa. Como assinalou Mariana Sirimarco (2013), o corpo pode representar uma mancha quando atente contra a honra, a retidão moral, por poses ou comportamentos considerados inadequados num tipo de reencenação da autoridade fora dos limites da sua “santidade”, ou quando coloque em evidência problemas físicos, a existência de um “corpo imperfeito”.

Se o concurso foi um sucesso para expressar a feminilidade como traço distintivo do lugar das mulheres na polícia, elegendo uma policial Billy que atua nas ruas, mas que não se deixou “masculinizar”, por outro lado a corporação não se mostrou satisfeita com os resultados gerais do concurso que tendiam a marcar no imaginário social um modelo de feminino pouco ajustado aos seus interesses, em geral direcionados ao cultivo mais discreto de um ideal de feminilidade próximo à dimensão materna e doméstica. Além disso, como algo que deveria ficar nos muros da caserna, limitada na ocasião aos policiais e a seus admiradores mais diretos nas redes sociais para ressaltar a beleza das policiais paulistas, e, principalmente, estimular a feminilidade entre as mulheres militares

por meio dos cuidados com a imagem, desde o uso de maquiagem, esmaltes, enfim, cuidado com o corpo e o fardamento, o concurso terminou por revelar essa iniciativa para além das suas fronteiras, o que viria a desagradar o Comando da corporação, interessado em evidenciar a expressão da feminilidade como um aspecto natural e espontâneo das mulheres policiais. Ao mesmo tempo em que marcava o encontro com o feminino na caserna, sendo atuante e vaidosa: “Sou da rua. Sempre maquiada, unhas feitas, cabelo. Sou mulher, sou o que sou, evito falar palavrões”, Sandra revelava uma performance do feminino que extrapolava a moldura estabelecida pela corporação. Carismática, popular e dona de si, mostrou-se uma espécie de “ameaça” à clássica e serena imagem do feminino reproduzida por décadas na polícia.

**Figura 18**



**Soldado Sandra Moretti, a “Anitta da escolta”**  
Fonte: Site G1

**Figura 19**



**Soldado Sandra Moretti**  
Concurso “Miss Simpatia PM” – 2013  
Fonte: Site G1

Assim como Quitéria e Joana se mostraram ícones distantes do modelo considerado ideal para nortear o comportamento das mulheres na polícia, pois estariam numa situação de concorrência simbólica direta no campo operacional com os policiais masculinos, inclusive na reprodução da imagem reservada aos homens, também a imagem da policial Anitta se revelou pouco adequada aos interesses da Pmesp. Diferente da tenente Silvia, cuja imagem propagava um modelo de feminino próximo a de uma maternidade santa, etérea e por isso ajustada às expectativas da PM, a imagem de Sandra, vinculada à da cantora Anitta, faz referência ao *funk* e a uma perspectiva feminista de controle das mulheres sobre o próprio corpo e de afirmação do seu desejo, algo

compreendido como perigoso numa ordem militar, sustentada na disciplina e na docilização dos corpos. Como lembra Michelle Perrot (2007, p. 76), “corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade”. É bastante provável, portanto, que o constrangimento de ver uma de suas mulheres como possível objeto do desejo de outros homens fez com que a corporação se negasse a liberar Sandra para conceder entrevistas e assim propagar uma imagem sobre o feminino na caserna em desacordo com os seus interesses.

A imagem da “policial-mãe” revela não apenas maior aproximação com os ideais de assistência historicamente reservados ao público feminino no campo policial, mas serve para que a corporação afaste o caráter ambivalente que a imagem andrógina de Quitéria e Joana suscitaria. Um modelo que é propagado na e fora da corporação, dando sinais de como corporal e subjetivamente as mulheres devem se ajustar, sustentando na concepção difusa que a guerra rouba os desejos e a beleza das mulheres, transformando-as em “machos arruinados”.

Como ficará mais claro, inclusive a partir de etnografia que realizei em alguns eventos da Pmesp, o discurso foca a necessidade de as mulheres investirem de modo constante em cuidados com a beleza, na valorização, portanto, de um padrão tradicional de feminilidade e no gerenciamento da relação casa-trabalho, marcando assim a perspectiva aberta para o público feminino na polícia como próprio ao das mulheres de classe média. Constituiu-se, portanto, um modelo profissional distante da imagem da mulher trabalhadora, cuja relação com o trabalho era visto como uma “necessidade lastimável” que contrariava a idealização do papel de mãe e dona de casa (WEINSTEIN, 1995).

Desse modo, a imagem da policial feminina procura, em termos bastante semelhantes, ocultar as marcas visíveis do trabalho, especialmente do contato, considerado sujo, com as ruas, a partir do apelo aos signos de elegância e sofisticação valorizados pela classe média. Um modelo presente já nas primeiras imagens da Polícia Feminina e que foi seguido por outras corporações, como a Marinha, que buscou difundir, através dos uniformes desenhados pelo estilista Guilherme Guimarães e das campanhas publicitárias com modelos como Ísis de Oliveira, uma imagem que vinculasse de maneira mais harmoniosa possível aspectos como elegância, beleza, glamour e carreira militar (LOMBARDI, 2009). Entra em curso uma engenharia corporal que

aposta, diferente da androginia das policiais Billy, em marcadores reconhecidamente femininos com o propósito de firmar a diferença e que pode ser resumida na frase comum entre as policiais: “sou policial, mas sou mulher”.

A dimensão materna na profissão é um aspecto que, comparado a outros protótipos de policiais, como a Billy e a “policial feminina”, mas sem filhos, ganha maior relevância no discurso e nas estratégias institucionais para firmar o lugar das mulheres na seara policial militar. Neste sentido, os desafios enfrentados pelas policiais militares não apenas para se manterem na profissão, mas para galgarem posições de comando e ascenderem na carreira, são bastante semelhantes a de outras profissões ainda dominadas pelo público masculino, como evidenciaram as pesquisadoras Maria Rosa Lombardi (2008) e Catherine Marry (2008).

No que se refere ao trabalho na polícia, a presença feminina costuma ser percebida, sobretudo pelas próprias mulheres, em razão de distintas características, como complementar ao trabalho dos homens, constituindo-se um fator positivo de transformação no campo policial, particularmente do comportamento dos colegas masculinos, como assinala a Sargento Mércia:

O fato da mulher trabalhar junto com o homem trouxe um certo controle assim [sobre o comportamento masculino]. A mulher ela pensa um pouquinho mais, pensa muita coisa ao mesmo tempo. O homem é mais cego, ele é mais focado numa só coisa. O homem é mais agressivo por natureza, né? A força tal, né? Uma agressividade canalizada mais. A mulher já é mais dócil, é uma característica. Então eu acho que essa parceria deve ter tido um reflexo com certeza, eu só não sei quantificar esse reflexo. Pessoas gostaram, outras não gostaram. (Mércia, Sargento, 22 anos de serviço).

Na pesquisa “Mulheres nas instituições de Segurança Pública: estudo técnico nacional” (2013), realizado pela SENASP, as policiais entrevistadas falaram a respeito das dificuldades iniciais enfrentadas na profissão, dentre elas os constantes testes de competência, os casos de assédio envolvendo superiores, assim como a disposição masculina para “protegê-las” no trabalho, sobretudo nas ocorrências de maior risco, comportamento, segundo elas, que colaboraria para o sentimento de desqualificação existencial e profissional. O que possibilita pensar sobre os efeitos dessas exigências tanto no desempenho profissional quanto na sua vida social e familiar das policiais, de modo geral submetidas a uma rotina grande estresse não apenas em relação à natureza da atividade, mas das cobranças a ela associadas.

A esse respeito, uma das entrevistadas destacou o que seria uma das principais dificuldades para inserção feminina no meio policial: “para você entrar no meio deles [dos policiais masculinos], para conseguir chegar a ser considerada do mesmo nível, você tem que conseguir ser duas vezes melhor que eles” (Vanessa, Capitão, 19 anos de serviço). Um sinal importante do quanto refratário é o campo policial à eliminação de preconceitos, apesar da presença feminina significar um “abalo” nas estruturas dos órgãos de segurança, antes vedados à participação feminina, como apontou a importante pesquisa de Maria Tereza Sadek (2003) sobre o perfil das delegadas de polícia civil no Brasil<sup>11</sup>.

A seguir, apresento alguns elementos importantes de uma das etapas da pesquisa de campo que realizei na Pmesp e que traduzem o compromisso da instituição em manter as mulheres em campos específicos de trabalho e de moldar a imagem feminina a partir do apelo às noções de beleza e cuidado.

### **3. O Dia da Policial Feminino: beleza, cuidado e controle na corporação paulista**

A segunda etapa da pesquisa teve início no dia 09 de maio de 2011, quando cheguei por volta das 09 horas da manhã ao Quartel do Comando General da Polícia Militar. Após me identificar na recepção, aguardei alguns minutos quando uma jovem policial foi designada para me acompanhar até o Setor de Comunicação Social, onde um Sargento que conhecia o meu projeto de pesquisa me aguardava. Enquanto aguardava o sargento finalizar o telefonema, acompanhava com atenção a arrumação das mesas da seção.

As mesas, assim como estantes e outros móveis, conforme pude observar, costumam ser espaços que com frequência anunciam as diferenças de gênero nas unidades. Se nas mesas dos policiais masculinos são poucos os enfeites dispostos<sup>12</sup>, aparecendo, no máximo e raramente, porta-retratos com fotos da família; no caso das

---

<sup>11</sup> Sadek (2003, p. 222) destacava na ocasião que “mesmo nos estados em que a proporção de mulheres é expressiva, ela tende a concentrar-se nos degraus mais baixos da hierarquia”, realidade apontada também no estudo coordenado por Glauécia Mota Brasil sobre as mulheres na Polícia Civil do Ceará (BRASIL, 2008).

<sup>12</sup> A exceção foi a sala de um oficial. Nela, alguns móveis eram tomados por miniaturas de viaturas e bonecos policiais de vários países, sendo, de acordo com uma policial entrevistada no local, uma parcela da coleção organizada pelo oficial, que dispunha de um número maior de objetos em sua casa.

mulheres, os pequenos arranjos de flores artificiais são acompanhados com frequência por *biscuits* de temáticas diversas (anjos, bebês, policiais femininas, animais) e retratos com fotos dos filhos e das próprias mulheres e familiares em momentos especiais. As placas e homenagens recebidas também fazem parte da composição do cenário de trabalho das mulheres, onde se juntam em alguns deles livros técnicos da área jurídica e não raramente livros de auto-ajuda e religiosos.

O ambiente de trabalho revela assim que, se os homens configuram um cenário de autorreferência à atividade policial, destacando temas que reforçam em primeiro plano a identidade policial como a farda e a viatura, acompanhada de algumas referências à família, nos contextos onde se lançam as fronteiras do feminino, a família ocupa uma maior centralidade, sendo muitas vezes a razão do trabalho das mulheres na polícia. Algo que, conforme destacarei mais adiante, constitui uma expectativa da própria instituição em relação ao comportamento feminino.

Das questões que pude perceber como mais recorrentes durante as conversas com os policiais estão o reconhecimento da ampliação da participação feminina na atividade policial nos últimos anos e a sua maior assimilação nas atividades operacionais. Se há algum tempo era comum homens se negarem a integrar patrulhas ou duplas com policiais femininos, atualmente, essas resistências, segundo eles, teriam minado em razão dos bons serviços desempenhados pelas mulheres, de modo que alguns, ao perceberem o profissionalismo dessas mesmas mulheres, passaram a solicitar, aos seus respectivos superiores, a repetição da escala. Como me contou a Capitã Vanessa, a resistência à presença das mulheres, em sua opinião, localiza-se mais no nível dos oficiais, onde, supostamente, há maior concorrência por visibilidade e por espaços de poder. Como comandante, ela nunca sentiu qualquer tipo de resistência por parte dos policiais masculinos, mas entendia que poderia haver ainda algum policial que preferisse, em um primeiro momento, não trabalhar com policiais femininos, algo que acaba se diluindo no cotidiano.

Quando o tema é preconceito, as policiais ouvidas destacaram que não se sentem discriminadas na atividade, mas sabem que existe ainda certo preconceito na polícia quanto à capacidade das mulheres em atuarem corretamente no trabalho policial. Disseram que o trabalho e ascensão das mulheres na corporação têm favorecido uma mudança no olhar sobre elas na instituição e que as mesmas, apesar da desconfiança inicial, conseguiram conquistar o respeito de seus colegas de farda. Um processo difícil,

pautado, sobretudo, pelo crescimento de ocorrências que exigiam o emprego de mulheres, mas que ainda assim enfrentavam a resistência de muitos policiais, principalmente dos mais antigos.

As policiais entrevistadas manifestaram satisfação com o trabalho ostensivo que, segundo uma delas policiais, permitia a ela e ao marido, também policial, se revezarem com maior tranquilidade nos cuidados do filho. Um aspecto que me chamou a atenção foi que, diferente das unidades administrativas, onde a farda de passeio apresentada pelas mulheres (que lhes permite o uso de saia, sapato com meio salto e alguma joia discreta) se associa mais diretamente com leve maquiagem e batom, quase sempre vermelho ou rosa, na atividade operacional esses cuidados com a beleza perdem o vigor comum apresentado em aparições públicas na imprensa e nos eventos da polícia. A presença mais austera, embora não seja uma regra, torna-se mais recorrente nas unidades operacionais, conforme vim a perceber entre as minhas interlocutoras, que falavam da importância da policial feminino se mostrar “mulher”. Um ponto comum nos discursos de policiais entrevistadas pela imprensa. Assim se referiu uma repórter do Jornal da Gazeta sobre o “dia de beleza”, organizado pelo Comando da Pmesp em homenagem às policiais femininas e que consistiu na oferta de cortes de cabelo, escova, maquiagem, massagens relaxantes, distribuição de brindes, entre outros: “E para quem acha que isso tudo é bobagem, saiba que com esse aparato inofensivo essas policiais saem daqui muito mais poderosas!”. Uma resposta a possíveis resistências em relação ao evento, que para uma das policiais entrevistadas pela repórter na ocasião, era de suma importância para marcar a diferença na polícia: “Nos diferencia. Tem que estar masculinizada para dizer a força que nós temos, a autoridade que nós temos e o poder de poder trabalhar?”<sup>13</sup>

De uma das minhas interlocutoras recebi uma informação importante sobre o evento destinado a comemorar o aniversário da Polícia Feminina e que estava marcado para ocorrer numa quinta-feira pela manhã, dia 12 de maio. Além desse evento, um outro seria realizado na véspera para comemorar a data. Organizado por um setor da área de formação policial, o evento prometia ser um dia de confraternização para as mulheres por ocasião do aniversário da Polícia Feminina, reservando várias atividades sociais ao longo

---

<sup>13</sup> Jornal da Gazeta, 11/05/2012. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=e15JbMnvaYM>, página acessada em 11/05/2012. Como a farda investe, juntamente com outros instrumentos e processos, o policial de autoridade, o batom inscreve o feminino na polícia, demarcando a diferença e indicando expectativas relacionadas ao feminino no meio policial.

do dia. Com base nessa informação, segui na manhã do dia 11 de maio para o salão da Capela de Santo Expedito, vizinho ao Museu da Pmesp, a fim de acompanhar o evento. Eram aproximadamente oito e meia da manhã quando cheguei ao local marcado para comemorar o 56º Aniversário da Polícia Feminina.

Na ocasião, alguns policiais estavam presentes e outras pessoas organizavam a estrutura do evento. Várias mesas com produtos de beleza, dentre eles cremes, hidratantes, perfumes, bijuterias, óculos de sol, assim como cadeiras de massagem e de salão de beleza eram montadas por promotoras de vendas e profissionais de empresas parceiras como Magazine Luiza, Senac, Perfumaria Sumirê, Impala, Integritá Fórmulas e Kel Bijoux.

Aproximei-me de uma jovem policial e perguntei sobre os responsáveis pelo evento e se eu poderia acompanhar a programação. Ela sugeriu que eu conversasse com a oficial responsável pela organização do evento. Circulei por alguns minutos no espaço, acompanhando a montagem das bancas de produtos e aparelhagem de som quando visualizei a policial indicada e fui ao seu encontro. Apresentei-me, disponibilizando juntamente com a minha identificação e cópia do ofício encaminhado ao Comandante da Polícia, e falei que tinha interesse em acompanhar as atividades previstas para o dia. A policial, surpresa com a minha presença, pediu que a acompanhasse até a sala do Coronel, chefe do setor responsável pela organização das atividades. O oficial, após ler rapidamente o documento e os objetivos da pesquisa, afirmou que era um “entusiasta”, “admirador de atividades de pesquisa” e que o centro que ela chefiava desenvolvia várias pesquisas feitas por policiais ao longo de suas carreiras. Desejou-me logo em seguida sorte no trabalho.

A policial passou então a falar sobre o evento, que estava na sua terceira edição, mas que antes dele outro evento em moldes semelhantes era organizado por outro setor, porém, de forma mais grandiosa. O evento, de acordo com ela, já foi dotado de mais “glamour”, tendo acontecido em algumas oportunidades no Teatro Elis Regina e no Memorial da América Latina e contava com apresentações artísticas de canto e dança feita por policiais.

A partir de algumas perguntas que fiz, a oficial falou sobre a experiência de ser policial e mulher. Disse-me que as pessoas quando veem uma mulher com farda tendem a enxergar nela a “Mulher Maravilha” e admirar as policiais pela sua coragem. O poder da farda, segundo ela, seria a expressão de uma experiência que interfere diretamente na

subjetividade feminina, tornando as mulheres policiais mais decididas e objetivas que outras mulheres, porém ao mesmo tempo comprometidas com a manutenção da feminilidade. Essa observação é algo muito recorrente no discurso das policiais, sendo um tipo de compromisso tácito que a persegue e que em síntese consiste em esclarecer que são policiais-mulheres e mulheres femininas. Após rápida conversa, a policial seguiu para a frente do espaço, onde estava disposto um telão, aparelhagem de som e mesas com várias brindes que seriam sorteados entre as mulheres e, ao microfone, para minha surpresa, anunciou para as aproximadamente 200 policiais presentes, que eu estava ali para realizar uma pesquisa e que elas colaborassem comigo, participando das entrevistas e dando informações.

Embora desconcertado diante da atitude da policial, essa apresentação foi importante para que as policiais respondessem tranquilamente aos questionamentos e para que em alguns casos se apresentassem como voluntárias para participar da pesquisa ao longo do evento, que iniciou com as palavras do diretor do CAES e do diretor do Museu da PMESP. O diretor do CAES, diante da dificuldade inicial da oficial responsável em conseguir prontamente o silêncio das policiais presentes, que conversavam animadamente entre si, iniciou sua fala destacando o que seria para ele uma das características femininas, ou seja, falar muito. O oficial disse que com frequência fala para sua esposa: “Você fala demais”, o que não foi muito bem recebido pelas policiais presentes, perceptível nas reações de desconforto e nos pequenos comentários que se seguiram à fala do superior hierárquico. Essa percepção do universo feminino apareceria em outras ocasiões, sendo, tanto na visão de homens como mulheres, a razão para mantê-las distantes do trabalho mais direto nas ruas com grupamentos especializados. Logo em seguida, o coronel deu os parabéns às policiais pelo seu dia, destacou a importância do evento comemorativo e antecipou de maneira rápida o que seria no dia seguinte a grande notícia para o efetivo, sobretudo feminino da Polícia Militar, o projeto de lei elaborado pelo governo do Estado com o propósito de assegurar a integração dos quadros masculino e feminino na corporação, uma reivindicação de grande parte das mulheres<sup>14</sup>.

Finalizados os discursos dos oficiais, um telão instalado no local passou a exibir vídeo institucional sobre o trabalho policial e outros sobre cuidados com a saúde e

---

<sup>14</sup> Após darem um breve discurso e participarem do sorteio de alguns brindes, os oficiais foram embora do evento, voltando para os seus respectivos locais de trabalho. Do sexo masculino, ficaram no espaço, além de mim, os dois policiais responsáveis pela montagem dos equipamentos, distribuição de senhas e recepção no local.

beleza, como dicas de exercícios para condicionamento físico e, principalmente para tratar a celulite. Tendo com pano de fundo os vídeos, a oficial iniciou uma das etapas do sorteio, que tinha como objetos cestas de chocolates, bijuterias, kits de produtos de beleza, perfumes, chapinhas de cabelo, tratamentos estéticos como depilação, cortes e relaxamento de cabelos, além de escovas e outros serviços como “designer” de sobrancelhas.

Ao entrarem no espaço as mulheres recebiam das mãos de dois policiais masculinos uma sacola contendo uma *nécessaire* de cor vermelha, doada por uma das associações de policiais, e amostras de cremes hidratantes da Natura, além de senhas para concorrer a sorteios de vários brindes a serem realizados ao longo do dia. Quando perguntei a uma policial que acompanhava na fila a sua vez para passar pela massagem relaxante, o que ela havia achado do brinde distribuído, ela afirmou de forma categórica: *nécessaire* é “algo essencial na vida de uma mulher policial, na verdade de toda mulher”. Perguntei o que segundo ela não poderia faltar numa *nécessaire* e ela respondeu que além de luvas (para o atendimento de ocorrências), “sem dúvida um batom”, entre risos.

Durante o dia pude acompanhar as mulheres passando por tratamento de beleza, sessões de massagem, manicure, pedicure, corte de cabelos, escovas e maquiagens, além de vibrarem com a conquista de prêmios como limpeza de pele, depilação, cesta de chocolates, entre outros. Perguntei a algumas sobre o que elas achavam daquele dia, dos serviços oferecidos e dos prêmios que estavam sendo sorteados. Todas responderam que era um dia muito bom ou excelente para valorização das mulheres na polícia, sobretudo por que em razão da “correria” em que vivem por conta do trabalho, das responsabilidades da casa, dos filhos ou dos estudos, nem sempre era possível dar à devida atenção à beleza e tudo aquilo as faziam se sentirem bem, mais femininas, principalmente quando a farda e atividade tendiam a “masculinizá-las”. Ou seja, é como se naqueles dias pudessem se reconhecer mais abertamente como mulheres, inclusive com o apoio institucional.

**Figura 29**



**Policial em sessão de maquiagem. Dia 11 de maio de 2011.**

**Fonte: pesquisa de campo**

**Figura 30**



**Policiais em dia de tratamento de beleza: corte de cabelos, escova e depilação de sobrancelha.**

**Fonte: pesquisa de campo**

Em entrevista para reportagem do Programa da TV Globo “Antena Paulista” em homenagem ao Dia Internacional da Mulher de 2010, a então Tenente Coronel Maria Aparecida de Carvalho Yamamoto era assim apresentada no início da reportagem onde aparecia diante de um espelho arrumando os cabelos: “Ela é uma mulher de respeito. Não é pra menos, Maria Aparecida, 45 anos, é Tenente-coronel da Polícia Militar de São Paulo. Mesmo com a alta patente, o dia de trabalho começa parecido com o de muitas trabalhadoras”, mostrando a oficial nos cuidados com a aparência pessoal. Nas palavras iniciais do repórter, aquilo que seria a “receita” da mulher policial: “forte determinação sem perder a sensibilidade”, viria a ser confirmada pela tenente-coronel ao se posicionar de frente para o espelho e dar os últimos retoques no penteado com as mãos onde se destacava o vermelho das unhas pintadas e falar para a repórter que a acompanhava: “Agora tem algo que não pode faltar de maneira nenhuma, a nossa principal arma, é o batom”, para em seguida passar o batom rosa nos lábios e nos minutos seguintes falar sobre os desafios de sua atividade, juntamente com outras mulheres da corporação.

Perguntei a algumas das policiais presentes no evento se, além de julgarem o uso da maquiagem importante para o trabalho que desenvolviam, elas consideravam que a sociedade exigia indiretamente das mulheres policiais esse cuidado com a aparência e uma maior vaidade. A totalidade das mulheres afirmou que sim e algumas afirmaram que quando algumas pessoas reconhecem na rua que é uma mulher policial, percebem que elas olham logo para as mãos e pés das policiais. Perguntei o porquê, e uma delas

respondeu que para mãos a fim de ver se estão bem cuidadas e são casadas e para os pés para ver se “o número não é grande”, isto é, se a policial é lésbica, aspecto “visível” não apenas no tamanho, mas no tipo e nos cuidados com o calçado.

O receio em torno da masculinização das mulheres na polícia é um elemento bastante difuso não apenas entre os policiais, mas na própria sociedade em um sentido mais amplo. A Sargento Alessandra, com 18 anos de serviço, citou a experiência do marido professor, que por vezes tem que se confrontar com representações no ambiente de trabalho sobre como seria o comportamento da esposa: “muitos não sabem que ele é marido de uma policial militar, nem imaginam. Tem gente que ele trabalha há cinco anos numa escola e ninguém sabe que ele é esposo de uma policial militar, porque ele preferiu não falar”. Segundo Alessandra, as reações costumavam ser de certo desconfiança ou marcadas por comentários inconvenientes para o marido, que por vezes ouvia termos como “sargentona” das pessoas para se referirem às mulheres na polícia, além de questionamentos sobre o cotidiano do casal, a exemplo de quem “mandava” no relacionamento:

[Imaginam] “A sargentona”. Porque ele já passou por experiências assim, né? “Como é sua mulher, não é sargento?”. [as pessoas] Imaginam aquela coisa enorme assim, né? [meio masculina] É, batendo nele com o cassetete, batendo nele assim. Imaginam um “homão”, não uma mulher. (Alessandra, Sargento, 18 anos de serviço).

Para a Sargento Alessandra, de fato existe uma tendência de a mulher na polícia, em razão da natureza do trabalho, geralmente confrontado com experiências cruéis e trágicas, “masculinar-se”, o que exigiria maior atenção das policiais femininas com o próprio comportamento: “se a gente não tomar cuidado a gente [se] masculiniza mesmo”. Afirmou que desde que entrou na corporação percebeu mudanças na sua forma de agir e reagir frente a situações nas quais outras mulheres se chocariam e que hoje ela vê em grande parte hoje como “frescurinhas de mulher”. Mesmo em situações mais graves como acidentes e brigas ela disse que se mantém calma, de modo que não tem muita paciência com a reação comum de algumas mulheres que tendem a se desesperar nesses casos: “eu fico totalmente calma, vou lá e resolvo. Se tem uma briga? Ah, eu tenho uma raiva de ver essa mulherada gritando, viu?”. Um aspecto, resultado do dualismo que marca a compreensão de gênero no senso comum e que se relaciona à seguinte questão: “[...] como uma mulher poderia ocupar o espaço público (o que significa muitas vezes

um espaço de poder) sem ser chamada de fâlica ou sem se tornar um homem?” (ARÁN, 2006, p. 38).

Outras mulheres ouvidas contaram que por visualizarem esse “risco” maior de a policial masculinizar-se, as pessoas quando normalmente conversam com elas as perguntas mais frequentes são se elas têm filhos e se são casadas, como fazem para conciliar trabalho e casa, assim como se elas não têm medo da violência e se o marido também é policial.

A preocupação com a aparência, o exercício frequente e cuidadoso com a vaidade, revelaria, de acordo com uma das policiais, uma postura mais profissional. A estética assim ajudaria a garantir junto à população maior credibilidade e confiança na polícia, além de fazer bem as próprias mulheres, que em alguns casos se sentem desconfortáveis com o uso de uma farda que tende a obscurecer a sua identidade de gênero. Do mesmo modo, segundo uma soldado de uma unidade operacional, “as pessoas esperam que a policial seja feminina e bonita”, enquanto outra mais antiga na instituição afirmou que quando ingressou na polícia as mulheres eram bem mais cobradas em relação ao cuidado com aparência, pois toda policial tinha que se maquiar para o serviço, usando sombra azul, batom vermelho e ter as unhas pintadas de “vermelho ou rosa rei”. Nessa época, completa, “não tínhamos direito de usar arma, o trabalho era diferente, era mais assistencial, voltado ao auxílio de idosos, crianças e mulheres. O respeito também. A gente tinha o mesmo respeito (da sociedade) que os bombeiros têm”, indicando assim que a incursão das mulheres em áreas antes de competência exclusiva dos policiais masculinos representou uma perda da confiança da população, que teria uma visão mais homogênea e negativa da polícia.

Ao final, procurei conversar com os dois policiais que participaram da organização para saber como eles compreendiam o evento, se julgavam importante e ao mesmo se acreditavam que deveria haver algum momento semelhante para os policiais masculinos. Um deles, com cerca de 20 anos na corporação e pela primeira vez no evento, disse que considerava a ação interessante para a autoestima da policial. Entende que seria algo positivo a existência de um evento para os homens na corporação, frisando que nesse evento, diferente do feito para as mulheres, poderia ser exposta tecnologia de segurança, novos tipos de armas, palestras e vender computadores com custo menor para os policiais.

O outro policial, que inicialmente não quis participar e emitir qualquer opinião, indicando o colega, disse que já havia participado de várias outras edições do aniversário da Polícia Feminina, mas que não concordava com o evento. Para ele, seria muito mais importante focar em outros trabalhos, pois se a sociedade soubesse do evento não concordaria. “Isso aqui é um absurdo, a sociedade não aceita isso, com tanto problemas de segurança, violência e estão 100, 200 mulheres aqui fora de atividade quando poderiam estar nas ruas trabalhando, fazendo a segurança da população”. Afirmou ainda que a polícia deveria se preocupar com coisas mais “sérias” na instituição como estresse do policial por conta dos baixos salários e escalas extras de trabalho, além da falta de credibilidade da polícia junto à população. Quando perguntei se ele recomendaria a profissão a uma filha ou parente próximo, ele disse que “de forma alguma”. Respondeu que não recomendaria nem para o seu filho e que constantemente fala para os filhos estudarem e buscarem emprego melhor. Insisti na pergunta e perguntei, considerando que mesmo sabendo que ele é contrário a sua filha resolvesse ingressar na PM, o que ele diria para ela, se daria algum conselho. Ele respondeu, visivelmente irritado: “Não daria nenhum conselho. Só diria uma coisa para ela: depois não venha reclamar, eu avisei!”.

A fala do policial, que encontrei minutos depois no refeitório do quartel e que me desejou sorte na pesquisa, afirmou que ficava satisfeito com o fato de eu estar fazendo pesquisa na corporação, pois sendo eu uma voz de fora da corporação, o Comando tenderia a dar maior atenção e provocar mais rapidamente mudanças internas. A fala do policial era não apenas a expressão de uma indignação comum aos policiais que convivem com um certo desencantamento com a profissão, comum àqueles com muitos anos na atividade e que são orientados por uma concepção mais conservadora da polícia, mas uma tentativa de fazer com que aquela mensagem chegasse ao Comando, alertando-o sobre os “perigos” de a polícia fugir a sua real missão e aos seus valores ao conferir atenção demasiada às mulheres, vistas como fonte de desvirtuamento dos valores da caserna. Semelhante a outros contextos tradicionais, a presença das mulheres na polícia deveria ser vigiada por ser considerada “impura”, uma presença “estranha” capaz, como assinalou Luiz Henrique Passador (2010, p. 202) na análise que fez das relações entre gênero, pessoa e doença no Sul de Moçambique, “de causar rupturas, produzir agressões e desintegrar campos de socialidades”.

Situada em um contexto reservado aos homens, o desabafo do policial revelava algumas das tensões existentes a respeito da presença feminina na corporação policial

paulista, dentre eles os possíveis efeitos sobre a imagem e a preservação da sua coesão interna.

#### **4. Considerações finais**

Como foi possível observar, o discurso que prevalece na polícia tende a ressaltar que o contato com a rua contribui para embrutecer os policiais indistintamente, representando para as mulheres, além da perda de feminilidade, um claro obstáculo para uma conciliação entre o trabalho e a rotina doméstica, principalmente para o cuidado com os filhos e para o nível de respeitabilidade buscado para as mulheres policiais junto ao público externo.

Não por acaso, afora o uso de joias discretas como brincos e/ou anel a sinalizar compromisso em mãos com unhas caprichadamente cuidadas, o batom é um item considerado “essencial” por muitas mulheres na atividade policial, sendo visto como uma marca de distinção importante numa ordem eminentemente masculina. Com o batom, as policiais e os Comandos da corporação paulista pretendem tornar visível a presença feminina no campo policial. Para o público feminino, o item sinaliza por vezes o desejo de reconhecimento e de afirmação de uma identidade distinta na polícia militar, cenário onde predominam os valores de uma tradicional ordem masculina e que leva as mulheres a percorrer caminhos diversos, a depender da instância de reconhecimento que venham a escolher.

Neste sentido, o gênero, quando não é negado pela polícia, é visto a partir de uma perspectiva essencialista que aponta constantemente para as especificidades do “caráter” ou “psicologia” masculino e feminino como forma de respaldar uma distribuição “adequada” do efetivo nos diferentes serviços destinados à população, por exemplo. Tal leitura reforça a inclinação social para o emprego das mulheres em profissões ou atividades marcadas pelo sentido doméstico e feminino, onde se destacam a importância do corpo e das aparências e características consideradas próprias do gênero como devotamento, prestimosidade, simpatia, cordialidade, senso de organização, entre outros (PERROT, 2007).

Assim, comumente lembradas como mães, irmãs e esposas, as mulheres na polícia militar devem se orientar, segundo o discurso institucional, por uma feminilidade sem “exageros”, suficiente para evidenciar sua condição como mulheres, mas sem

comprometer a honra da farda e com isso a ordem masculina. Tais aspectos sustentam por outro lado o discurso presente nos setores mais conservadores da polícia militar a respeito da necessidade de mantê-las distantes dos setores tradicionais da corporação, especialmente ligados ao trabalho ostensivo motorizado, onde são comuns referências ao passado e à memória dos heróis da corporação.

Dessa forma, a ideia subjacente aos discursos é que as mulheres comprometeriam a pureza desses setores, que estariam, diante da possível inserção de mulheres no trabalho ostensivo me viaturas, tentados a reproduzir a lógica feminina e perder com isso poder sobre o alvo de suas intervenções, bem como o prestígio social construído por protocolos de atuação preservados ao longo de décadas.

## 5. Referências:

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, pp. 142-150, 2004.

CORBIN, Alain. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História do corpo: Da Revolução à Grande Guerra**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. In: **Estudos Avançados** 27 (79), 2013.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

GÉLIS, Jacques. O corpo, a Igreja e o sagrado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História do corpo: Da Renascença às Luzes**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **Homem não chora. Mulher não ri: 80 ideias para entender melhor sexo, amor e felicidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

\_\_\_\_\_. Gênero e corpo na cultura brasileira. In: **Psic. Clin. Rio de Janeiro**, Vol. 17, N. 2, 65-80, 2005.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOMBARDI, Maria Rosa. **As mulheres na Forças Armadas brasileira**: a Marinha do Brasil. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

\_\_\_\_\_. Engenheira e gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MARRY, Catherine. As carreiras das mulheres no mundo acadêmico. O exemplo da biologia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. In: **Cadernos Pagu (20)**, 2003, p. 7-85.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MATHIAS, Suzeley Kalil. (Org.). **Sob o signo de Atena**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de.; SOIHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SILVA, Cristina Rodrigues da. **Gênero, Hierarquia e Forças Armadas**: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis. Associação Brasileira de Antropologia. Prêmio Claude Lévi-Strauss – Modalidade B, 2008.

SIRIMARCO, Mariana. A vida com farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun., pp. 31-43, 2013.

SOUZA, Marcos Santana de Souza. **“Sou policial, mas sou mulher”**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. [Tese de doutorado em Ciências Sociais]. Orientação: Profa Dra. Mariza Corrêa.

WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. In: **Cadernos Pagu (4)**, 1995, p. 143-171.